



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública
Gabinete do Secretário

*Dis tribuir as mes. e des.
Deputados, assim como
ao Governo Regional.
7-7-2022
[Handwritten signature]*

Exmo. Senhor
Presidente da Assembleia Legislativa da
Região Autónoma dos Açores
Rua Marcelino Lima
9901-858 Horta

Sua referência	Sua comunicação	Nossa referência	Data
		Sai-AP/2022/71/EC Proc.º	07-07-2022

ASSUNTO: PROPOSTA DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL QUE ESTABELECE AS ESPECIFICIDADES DE APLICAÇÃO DO DECRETO-LEI N.º 181/2012, DE 6 DE AGOSTO, QUE APROVA O REGIME JURÍDICO DO ACESSO E EXERCÍCIO DA ATIVIDADE DE ALUGUER DE VEÍCULOS DE PASSAGEIROS SEM CONDUTOR, NA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES – CORREÇÃO AUSÊNCIA DE ASSINATURA.

Por lapso, na correspondência relativa à proposta de decreto legislativo regional que estabelece as especificidades de aplicação do Decreto-Lei n.º 181/2012, de 6 de agosto, que aprova o regime jurídico do acesso e exercício da atividade de aluguer de veículos de passageiros sem condutor, na Região Autónoma dos Açores, não constava a assinatura de Sua Excelência O Senhor Presidente do Governo Regional, pelo que se remete versão devidamente assinada.

Melhores cumprimentos,

O Secretário Regional das Finanças Planeamento e Administração Pública

Assinado por: **DUARTE NUNO D'ÁVILA MARTINS
DE FREITAS**
Num. de Identificação: 07417882
Data: 2022.07.07 19:58:16+00'00'





REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

GOVERNO REGIONAL

PROPOSTA DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL

As medidas adotadas para a contenção da pandemia decorrente do vírus SARS-CoV-2, que provoca a doença Covid-19, tiveram efeitos diretos e gravosos na vida e atividade das empresas, provocando uma reconhecida crise económica e financeira a nível mundial.

As necessárias paralisações a que se viram obrigadas muitas empresas provocaram uma disrupção nas cadeias de abastecimento, gerando graves problemas no fornecimento de equipamentos e serviços.

A situação já de si grave, piorou com a eclosão de um cenário de guerra na Europa, mantendo-se até aos dias de hoje e prevendo-se que a sua regularização seja um processo longo e difícil.

Dos setores mais afetados pela crise pandémica destacou-se o do turismo, designadamente as empresas de aluguer de veículos sem condutor, também designadas de *rent-a-car*.

No auge da crise pandémica, muitas empresas do setor viram-se obrigadas a desfazer-se de parte dos veículos que detinham, procurando minimizar os danos da forte contração da procura.





REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

GOVERNO REGIONAL

Com a atual retoma da atividade turística na Região Autónoma dos Açores, com valores a ultrapassar os do ano de 2019, as empresas de *rent-a-car* têm-se deparado com a dificuldade em adquirir novos veículos para responder à intensa procura, consequência da mencionada crise nas cadeias de abastecimento.

Determina o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 181/2012, de 6 de agosto, na sua atual redação, que aprova o regime jurídico do acesso e exercício da atividade de aluguer de veículos de passageiros sem condutor, designada por *rent-a-car*, que só podem ser utilizados na atividade de *rent-a-car* veículos que não tenham mais do que cinco anos, contados a partir da data da primeira matrícula, podendo aquele limite ser excepcionalmente prorrogado por períodos de um ano, até ao máximo de dois anos, após inspeção dos respetivos veículos.

Porque a reduzida procura pelos serviços de *rent-a-car* nos anos de 2020 e 2021 teve reflexos no menor desgaste dos veículos afetos a essa atividade, que importa considerar.

É imperativo continuar a promover-se medidas extraordinárias destinadas a combater os efeitos da pandemia provocada pela doença Covid-19, muito agravados pela crise de abastecimento decorrente do cenário de guerra na Europa.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

GOVERNO REGIONAL

Face ao exposto, é necessário aprovar um regime transitório que permita a utilização dos veículos pelas empresas de *rent-a-car* por um limite temporal superior ao previsto na legislação em vigor, garantida que se encontre a segurança dos seus utilizadores, através de inspeção prévia de cada veículo.

O presente diploma, clarifica, ainda, o regime aplicável na Região Autónoma dos Açores, quanto às competências exercidas pelo Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT, I.P.), no âmbito do Decreto-Lei n.º 181/2012, de 6 de agosto, na sua atual redação, determinando que as mesmas são aqui exercidas pelo serviço do Governo Regional competente em matéria de transportes terrestres.

Assim, no termos da alínea f) do artigo 88.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, o Governo Regional apresenta à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a seguinte proposta de decreto legislativo regional:

Artigo 1.º

Âmbito

O Decreto-Lei n.º 181/2012, de 6 de agosto, na sua atual redação, que aprova o regime jurídico do acesso e exercício da atividade de aluguer de veículos de passageiros sem condutor, designada por *rent-a-car*, é aplicável na Região Autónoma dos Açores com as especificidades constantes do presente diploma.





REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

GOVERNO REGIONAL

Artigo 2.º

Competências

Na Região Autónoma dos Açores, as competências atribuídas pelo diploma referido no artigo anterior ao Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT, I.P.), são exercidas pelo serviço do Governo Regional competente em matéria de transportes terrestres.

Artigo 3.º

Regime especial

1. Na Região Autónoma dos Açores, a aplicação do artigo 6.º Decreto-Lei n.º 181/2012, de 6 de agosto, na sua atual redação, faz-se com as especificidades constantes dos números seguintes.
2. Pode, excecionalmente, ser autorizada por períodos adicionais de um ano, até ao limite de dois anos, a circulação, na Região Autónoma dos Açores, de veículos afetos à atividade de aluguer de veículo de passageiros sem condutor, *rent-a-car*, cuja idade limite, nos termos conjugados da alínea c) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 6.º do diploma referido no número anterior, seja atingida durante o ano 2022.
3. A autorização referida no número anterior é concedida por despacho do diretor regional competente em matéria de transportes terrestres, após inspeção dos veículos em causa pelo serviço competente da referida direção regional.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

GOVERNO REGIONAL

Artigo 4.º

Produção de efeitos

1. Os efeitos do regime previsto no artigo anterior cessam a 31 de dezembro de 2024.
2. O presente decreto legislativo regional produz os seus efeitos no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovada em Conselho do Governo Regional, em Angra do Heroísmo, em 23 de junho de 2022.

O PRESIDENTE DO GOVERNO REGIONAL

JOSÉ MANUEL BOLIEIRO

Avaliação Prévia de Impacto de Género

1 - Identificação de iniciativa

Proposta de decreto legislativo regional que estabelece as especificidades da aplicação do Decreto-Lei n.º 181/2012, de 6 de agosto, que aprova o regime jurídico do acesso e exercício da atividade de aluguer de veículos de passageiros sem condutor, na Região Autónoma dos Açores.

2 - Descrição da situação de partida sobre a qual a iniciativa vai incidir

Proposta de decreto legislativo regional que estabelece as especificidades da aplicação do Decreto-Lei n.º 181/2012, de 6 de agosto, que aprova o regime jurídico do acesso e exercício da atividade de aluguer de veículos de passageiros sem condutor, na Região Autónoma dos Açores.

3 - A iniciativa consiste num ato normativo de carácter meramente repetitivo e não inovador?

Sim Não

Nota: Em caso de resposta afirmativa o preenchimento da ficha encontra-se concluído.

4 - Previsão de resultados a alcançar e valoração do impacto de género

Categorias / Indicadores	Avaliação			Valoração			
	Sim	Não	N/A	Positivo	Neutro	Negativo	
1 Direitos:							
1.1	A iniciativa afetará os direitos das mulheres ou dos homens de forma direta ou indireta?	X			X		
Notas:							
2 Acesso:							
2.1	O número de homens e mulheres que beneficiam da aplicação da iniciativa é igual?	X			X		
Notas:							
2.2	A iniciativa permite que os homens e mulheres participem de igual modo?	X			X		
Notas:							
3 Recursos:							
3.1	Homens e mulheres têm o mesmo acesso aos recursos (tempo, financeiros, informação) necessários para poderem beneficiar da aplicação da iniciativa?	X			X		
Notas:							
3.2	A iniciativa promove uma distribuição igual de recursos entre homens e mulheres?	X			X		
Notas:							
4 Normas e Valores:							
4.1	Caso a iniciativa entre em vigor, os estereótipos de género, bem como as normas e valores sociais e culturais, irão afetar homens e mulheres de forma diferente?			X	X		
Notas:							
4.2	Os estereótipos e certos valores serão uma barreira para mulheres ou homens quando tentarem maximizar os benefícios que lhes são concedidos pela iniciativa?			X	X		
Notas:							
Totais:		5	0	2	0	7	0

5 - Conclusão/propostas de melhoria